

“Talvez se eu tivesse algum conhecimento...”: caminhos possíveis em um sistema educacional público e estratificado¹

Marcio da Costa*

Ana Pires do Prado**

Rodrigo Rosistolato***

Resumo

O artigo analisa os resultados da pesquisa “O funcionamento de quase-mercados educacionais e a segmentação escolar”. Trata-se de uma investigação, realizada na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de mapear e analisar os mecanismos que influenciam a distribuição dos alunos na rede de ensino fundamental. A reflexão é necessária porque as escolas são estratificadas e hierarquizadas por prestígio e por desempenho, o que faz com que a alocação dos estudantes nas escolas da rede influencie diretamente a qualidade de sua formação escolar. As decisões familiares, neste caso, são elementos fundamentais na definição das trajetórias educacionais de seus filhos. Aqui, mais especificamente, analisaremos (i) os elementos que orientam as escolhas familiares e (ii) as estratégias utilizadas para ter acesso às vagas desejadas. Os dados permitem indicar a presença de critérios e estratégias que não são universais porque sua implementação depende das redes sociais presentes no campo de possibilidades de cada família. A distribuição de estudantes na cidade do Rio de Janeiro, portanto, desafia o ideal republicano de oferecimento universal e equânime de oportunidades educacionais.

¹ Trabalho realizado com financiamento do CNPQ, do INEP e da CAPES. Agradecemos à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, que tem gentilmente cedido dados de sua base de informações educacionais. Elogiamos, sobretudo, a disposição da SME em colaborar com uma pesquisa que levanta, indubitavelmente, aspectos delicados, constrangedores, de uma grande rede escolar sob sua direção. Acreditamos que esse raro desprendimento em fornecer informações que podem resultar em críticas e exposição de pontos frágeis abre a possibilidade para um patamar superior de relacionamento entre gestão pública e pesquisa científica.

* Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil) e professor associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). E-mail: marcocosta2803@gmail.com.

**Doutora em Antropologia pela Universitat Autònoma de Barcelona (Barcelona/Espanha) e professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). E-mail: anaprado@yahoo.com.

*** Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil) e professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). E-mail: rosistolato@yahoo.com.br.

Palavras-chave

Escola. Escolarização. Sistemas educacionais. Escolha escolar. Quase-mercado escolar.

Abstract

This article discusses the results of the research “Educational quasi-markets functioning and school segmentation.” This research was conducted in the city of Rio de Janeiro in order to map and analyze the mechanisms that influence the distribution of students in the elementary school network. This particular consideration is necessary because schools are ranked in a hierarchical system and stratified by prestige and performance. This scenery permits the allocation of students in the school network to cause a direct influence in the quality of their education. Family decisions, in this case, are key elements in defining children’s educational trajectories. Hence, we will investigate (i) the elements that guide family choices and (ii) the strategies adopted to have access to specific desired vacancies. Data results indicate criteria and strategies that are not universal because their implementation relies on social networks present in a given field of possibilities for each family. The distribution of students in the city of Rio de Janeiro, thus, challenges republican ideals of offering universal and equal educational opportunities.

Keywords

School. Schooling. Educational systems. Choice of a school. School quasi-market.

1. Introdução

As avaliações nacionais e locais dos sistemas educacionais têm demonstrado que a rede municipal de educação do Rio de Janeiro, como as demais do Brasil, é estratificada, no que diz respeito aos indicadores de desempenho do alunado. Contrastando com o quadro nacional, essa rede possui quase exclusividade no atendimento público à demanda do ensino fundamental², ao passo que em quase todas as cidades há algum compartilhamento entre estado e município no atendimento às nove séries que compõem esse nível de ensino.

² Em decorrência da condição de antiga capital federal, transformada em seguida em uma cidade-estado, o município do Rio de Janeiro herdou a rede escolar do antigo Estado da Guanabara.

Além dessa hierarquia de desempenho, há classificações coletivas que organizam as escolas em um gradiente que segue da “má escola” a “boa escola”. Há opiniões compartilhadas pela população que geram hierarquias de prestígio entre as escolas³. Tais classificações tendem a coincidir, em geral, com os rankings apresentados pela mídia quando da divulgação de resultados de avaliações, como a Prova Brasil, à medida que ambos são condicionados pelas condições socioeconômicas do alunado alistado em cada escola. O gradiente de classificações e as informações oriundas desses rankings se convertem em critérios de escolha de escolas. Na sequência, há um conjunto de estratégias de acesso, utilizado por pais e responsáveis que desejam ou precisam matricular os filhos em escolas públicas.

O contexto analisado permite afirmar que a diferenciação entre as escolas espelha a desigualdade social brasileira, e também é possível dizer que ela a amplia. Os sistemas educacionais são estratificados de forma que escolas distribuídas em um mesmo sistema podem contribuir mais ou menos para a escolarização dos estudantes⁴. Não se trata apenas das tradicionais distinções entre redes públicas e privadas, mas de diferenciações no interior das redes públicas. A diferenciação entre escolas de uma mesma rede é fenômeno conhecido, mas o caso do Brasil parece especialmente agudo. A tradição sociológica norte-americana, ao menos desde os anos 1950, se ocupava dessa distinção, através de estudos consagrados, como o relatório *Equality of Educational Opportunities* (RELATÓRIO COLEMAN, 1966). No próprio título, tal investigação já denotava a preocupação com a questão das oportunidades educacionais, fundando a veia principal da sociologia dedicada à educação no mundo.

A encomenda do Congresso dos Estados Unidos, origem do Relatório, encerra uma preocupação republicana, atizada pelos conflitos em torno do problema da desigualdade na década de 1960. De fato, flagrantes desigualdades de oportunidades desafiam a tradição republicana, conforme construída na formação da modernidade ocidental. Pela vertente oriunda da Revolução Francesa ou da Revolução Norte-Americana, ancorada na progressiva consolidação de uma cultura cívica igualitarista, princípios individualistas alimentam aspirações por arranjos sociais nos quais as chances sejam menos

³ Ver Costa (2008).

⁴ Para o debate sobre “efeito-escola” e “escolas efetivas”, ver Brooke & Soares (2008).

distribuídas por origem social (*ascription*) e mais por capacidades e atributos na esfera do indivíduo (*achievement*). Na conflitiva marcha do alargamento de direitos e constituição da cidadania, as oportunidades educacionais evoluem no reconhecimento de que compõem uma cesta de direitos básicos, tornados sagrados, posto que são reconhecidas como distribuidoras legítimas de posições em estruturas sociais com hierarquias alteradas pelo ideário moderno. Progressivamente, a educação escolar adquire o posto de legitimadora de diferenças, desde que não alicerçadas na origem de berço. A evidência de que o ideário consagrado em torno da educação e os quadros reais dos sistemas escolares, muito marcados pela origem social, apresentam fortes dissonâncias gera a própria sociologia da educação contemporânea e inúmeros experimentos de políticas públicas.

Em geral, mitigar desigualdades sociais impacta igualmente sistemas educacionais, ainda que haja alguma causalidade circular envolvida nessa equação. Frequentemente, o pensamento econômico e reformadores sociais atribuem valor a um vetor oposto, que atribui grandes esperanças à redução de desigualdades tomando as chances escolares como ponto de partida. Polêmicas em torno da força relativa dessas dimensões se manifestam, por exemplo, na disputa acerca da assim chamada “teoria do capital humano”. Berliner (2006), por exemplo, apresenta um contraponto, defendendo o ponto de vista de que, nos EUA, a redução da pobreza tem mais efeitos que políticas compensatórias, voltadas a equilibrar escolarmente diferenças socioeconômicas.

Por outro lado, o debate ganha maior vigor quando a linha de investigação sobre efetividade escolar joga nova luz sobre o tema das diferenças escolares que não podem ser reduzidas a diferenças socioeconômicas e culturais dos alunos. A percepção de que a escola importa, faz diferença, parece, hoje, ponto pacífico na sociologia da educação, ainda que os condicionantes extraescolares permaneçam mais relevantes na compreensão das diferenças escolares.

Sob qualquer ângulo, contudo, pode-se postular que chances escolares são um dos aspectos centrais em qualquer sociedade em que as oportunidades sociais sejam distribuídas em grande parte segundo qualidades não adscritas. Experiências socialistas ou liberais caminharam na mesma direção de propugnar sistemas educacionais menos afeitos às vantagens e desvantagens associadas ao berço.

Nosso artigo toma o pano de fundo geral exposto para, de um ponto de vista bem mais singular, abordar como a questão das oportunidades escolares

é vivida e pensada por famílias que não disputam escolas que gozem de grande reconhecimento geral, mas que, ainda assim, muitas vezes buscam as melhores alternativas ao seu alcance. Dispondo de poucos recursos – quando comparadas às famílias que podem se candidatar às mais prestigiadas escolas privadas e algumas públicas diferenciadas – famílias que enviam seus filhos às escolas públicas municipais e estaduais igualmente têm noção das hierarquias existentes no leque de suas opções acessíveis. Em um contexto de escassez de escolas públicas que possam ser caracterizadas como promotoras de oportunidades sociais em acordo com o ideário republicano, conhecer como tais famílias escolhem escolas, desenvolvem estratégias para alcançá-las e, de alguma forma, também são escolhidas por elas pode ser relevante para traçar políticas de distribuição de vagas escolares públicas.

Assim, o objetivo deste artigo é mapear e analisar os caminhos percorridos por familiares e responsáveis durante os processos de transferência de estudantes do primeiro para o segundo segmento do ensino fundamental, com vistas a compreender (i) os elementos que orientam suas escolhas e (ii) as estratégias utilizadas para ter acesso às vagas desejadas. Partimos da hipótese de que eles não assumem, necessariamente, comportamentos de passividade e submissão diante da gestão das escolas, quando planejam a vida escolar de seus filhos⁵. Daí a necessidade de valorizar o ponto de vista de pais, mães e responsáveis que potencializam seus campos de possibilidades⁶ para promover o que consideram a melhor educação básica para seus filhos.

A pesquisa é desenvolvida no âmbito do “Observatório educação e cidade: desigualdades de oportunidades educacionais e dimensões da alfabetização básica no Estado do Rio de Janeiro⁷”. Trata-se de uma parceria entre a UFRJ, a UERJ e a PUC-Rio, estabelecida com o objetivo de investigar a distribuição

⁵ O debate sobre estratégias de escolarização em camadas populares também pode ser visto em Lahire (1997), Zago (2006; 2000; 1998), Lavinias & Barbosa (2000), Bressoux (2003), Thin (2006), Costa & Koslinski (2011; 2010; 2006), Rocha & Perosa (2008), Costa (2010), Rosistolato (2011a).

⁶ Para a noção de campo de possibilidades, ver Velho (1999). O autor analisa as visões de mundo e campos de possibilidades presentes entre as classes médias no Rio de Janeiro. Nossos entrevistados não pertencem à classe média, mas, de maneira similar, projetam e estabelecem estratégias para a consolidação de seus objetivos. A reflexão sobre as proximidades simbólicas entre algumas parcelas das classes populares e a visão de mundo reconhecida como típica da classe média foi desenvolvida em Rosistolato, 2011b.

⁷ Projeto contemplado pelo edital 038/2010-CAPES/INEP.

de oportunidades educacionais, em diálogo com o debate sobre estratificação social e formas de segmentação nas sociedades contemporâneas.

A investigação é possível porque, embora o acesso às escolas públicas que oferecem ensino fundamental no Brasil esteja universalizado desde o final da década de 1990⁸, o sistema não é equilibrado e não pode ser considerado equânime. No caso específico do Rio de Janeiro, pesquisas sociológicas e antropológicas recentes já descreveram a estrutura das hierarquias de prestígio entre as escolas (COSTA & KOSLINSKI, 2006; 2009) e a pluralidade de culturas de gestão existentes no sistema (MAGGIE, 2005; PIRES DO PRADO, 2009), o que indica a presença de diversidade entre as unidades escolares inseridas em uma rede pública que deveria unificá-las.

O texto, portanto, tem dois objetivos correlatos. O primeiro é descrever a organização da rede municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro com foco nos processos de hierarquização presentes entre as escolas, fenômeno que pode ser percebido como uma das causas da estratificação dos níveis de qualidade de ensino. O segundo, apresentar os mapas de navegação social utilizados pelos agentes sociais que interagem em processos de escolha e disputa por vagas no ensino fundamental.

2. Metodologia

Os dados foram produzidos com base na conjugação entre as metodologias quantitativa e qualitativa⁹. Realizamos, durante o ano de 2011, 51 entrevistas com famílias que utilizam o sistema municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa foi desenvolvida nos bairros: Anil (2), Botafogo

⁸ Os dados são fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

⁹ A oposição entre metodologia quantitativa e qualitativa parece superada nos ambientes mais relevantes da pesquisa educacional e foi criticada por Brandão (2008). A autora propõe a superação da dicotomia entre as abordagens micro e macro na pesquisa em educação. Ela percebe a combinação entre os enfoques como o melhor caminho para o refinamento das análises educacionais, mas mantém, no campo das técnicas e das temporalidades da pesquisa, a separação entre o *survey*, as entrevistas em profundidade e a observação. Nossa proposta, contudo, conjuga métodos quantitativos e qualitativos em um único encontro de pesquisa. Os 53 casos analisados correspondem ao pré-teste do *survey* “o funcionamento de quase-mercados educacionais e a segmentação escolar”. No *survey*, a mesma conjugação será utilizada, em 10% da amostra, o que corresponderá a 60 casos.

(5), Campo Grande (1), Centro (1), Copacabana (6), Leme (1), Cosme Velho (2), Estácio (1), Flamengo (3), Guaratiba (2), Irajá (10), Jacarepaguá (4), Laranjeiras (3), Leme (2), Maré (1), Méier (1), Quintino Bocaiúva (1), Ramos (1), Recreio dos Bandeirantes (1), Rio Comprido (1), Santa Teresa (1) e Itaúna (1). Todos os entrevistados foram selecionados aleatoriamente no banco de dados da Pesquisa GERES¹⁰, entre os estudantes que, em 2008, cursavam a quarta série do ensino fundamental na rede municipal da cidade do Rio de Janeiro. Para encontrar alguns dos estudantes selecionados ou outros com perfil equivalente, recorreremos, também, ao banco de dados cadastrais dos estudantes da rede municipal da Cidade¹¹. A ideia geral foi, com o pré-teste do questionário, alcançar estudantes que estivessem na faixa dos 13 anos de idade, portanto já com uma trajetória razoavelmente longa em termos escolares, dado que procuramos investigar exatamente fenômenos associados com acesso e troca de escolas.

As entrevistas foram realizadas na residência dos responsáveis¹² por dois pesquisadores que se dividiam nas tarefas de aplicação do instrumento de pesquisa – questionário – e observação do contexto em que o contato com os pesquisados foi realizado. Após a aplicação, os pesquisadores solicitavam que o entrevistado utilizasse os momentos finais do encontro para falar sobre suas tentativas de acesso às escolas desejadas. Havia uma questão orientadora que deveria ser gravada: “para terminar, fale um pouco sobre suas (da família) tentativas para conseguir vagas para seus filhos em escolas. Suas dificuldades, a quem teve que recorrer, enfim, qualquer coisa que queira falar que possa nos ajudar a compreender melhor esse assunto de como conseguir uma boa escola para os filhos”.

A proposta inicial era que a análise qualitativa ficasse restrita ao mapeamento e interpretação dos dados obtidos com a questão orientadora. Porém, os primeiros questionários indicaram que os entrevistados utilizavam

¹⁰ Pesquisa Geração Escolar. Agradecemos imensamente aos parceiros do grupo da pesquisa GERES que gentilmente cederam os contatos com uma amostra de seus alunos. Trata-se de um estudo longitudinal, com uma amostra de estudantes em cinco grandes cidades brasileiras, iniciada em 2005, com a coorte que ingressava naquele ano no ensino fundamental.

¹¹ Agradecemos igualmente à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, que tem contribuído decisivamente com a gentil cessão dos dados do alunado carioca.

¹² Houve três casos em que os entrevistados preferiram encontrar os pesquisadores em locais públicos.

a questão aberta para ressaltar momentos específicos dos processos de escolha e acesso às vagas nas escolas do sistema municipal de educação do Rio de Janeiro. Os pesquisadores também perceberam que os entrevistados ofereciam indicações sobre seus movimentos de escolha e acesso antes mesmo do início da gravação. Decidimos então passar a gravar, quando permitido, o conjunto da aplicação do questionário, com objetivo tanto de registrar a riqueza das conversas suscitadas por nossos itens fechados quanto de apreender mais precisamente problemas referentes ao próprio questionário e sua aplicação.

Para o mapeamento e organização dessas informações, passamos a produzir um protocolo para cada visita realizada. Assim, um dos entrevistadores ficava responsável pela aplicação do questionário enquanto o outro observava o contexto, anotava as indicações apontadas no decorrer da aplicação e gravava as falas realizadas durante a resposta à questão aberta. O objetivo era ampliar as possibilidades de mapeamento dos “ditos” e dos “não ditos” presentes nas situações de pesquisa.

Os protocolos contemplam três momentos da entrevista e incluem a transcrição das falas dos entrevistados. Ao final, temos, para cada caso, um documento organizado com base em quatro pontos complementares:

- (i) Primeiros contatos com os pesquisados (momento anterior ao questionário).
- (ii) Aplicação do instrumento de pesquisa (aplicação do questionário).
- (iii) Conversa após a aplicação do questionário (pós-entrevista).
- (iv) Transcrição da gravação realizada com o entrevistado.

Essa metodologia ainda não tinha sido utilizada pelo grupo de pesquisa. O trabalho em duplas associado à conjugação entre questionários, protocolos e entrevistas gravadas permitiu o refinamento das questões colocadas pela investigação. Com base nesses dados analisaremos os elementos que orientam as escolhas dos responsáveis e discutiremos as estratégias utilizadas para acesso.

3. Estratificação e hierarquização das escolas municipais do Rio de Janeiro

O Observatório Educação e Cidade se dedica a investigar a clássica questão da distribuição de oportunidades educacionais associada com a estratificação social e as formas de segmentação nas sociedades contemporâneas. O Sistema Municipal de Educação do Rio de Janeiro tem sido objeto privilegiado em nossas reflexões, não somente pelo tamanho da rede – são mais de mil escolas com aproximadamente 650 mil alunos –, mas pela diversidade presente entre as escolas, o que faz com que o acesso seja universal, mas não equânime.

Em 2006, um *survey* realizado com estudantes de seis unidades escolares (COSTA & KOSLINSKI, 2011, 2009, 2006) indicou a presença de hierarquias de prestígio entre escolas das zonas norte, sul, Tijuca e adjacências¹³. A investigação trabalhou com escolas em oposição, duas em cada região, uma com alto prestígio e outra com baixo prestígio. A medida de prestígio das escolas foi construída com base em informações oferecidas por funcionários da administração municipal, todas relacionadas às demandas apresentadas pela população para as vagas de cada uma das escolas. A ideia inicial era ter acesso às listas de escolhas dos pais – lista tríplice¹⁴ –, mas houve forte resistência nas Coordenadorias Regionais de Educação consultadas em permitir acesso a tais listas, apesar de autorização da Secretaria Municipal de Educação, à época. Tal fato acentuou ainda mais nosso interesse pelo estudo dos processos de distribuição de vagas.

O *survey* identificou diferenças entre as escolas diretamente correlacionadas à composição social do alunado. Havia variações no nível socioeconômico das famílias, no tipo de família, no acesso às informações sobre a escola, na

¹³ A prefeitura do Rio de Janeiro é dividida em sete subprefeituras: zona norte, zona sul, zona oeste, grande Tijuca, Centro e Centro Histórico, Ilha do Governador, Barra e Jacarepaguá. O *survey* considerou três delas: zona sul, zona norte e Grande Tijuca. A proposta era problematizar a oposição entre as zonas norte e sul e ter a região da Grande Tijuca como elemento de comparação.

¹⁴ Nem todas as escolas municipais do Rio de Janeiro oferecem ensino fundamental completo. Assim, ao final do primeiro segmento da educação básica, muitos alunos são transferidos para escolas que ofereçam os anos finais de escolarização. Os pais são convocados pelas escolas em que seus filhos estão matriculados para que escolham três escolas que consideram adequadas para que os filhos deem sequência aos estudos. As escolhas dos pais são agrupadas por ordem de preferência. É a chamada “lista tríplice”. Em 2010, os pais puderam escolher cinco escolas – lista quintupla.

frequência a atividades de lazer e nas expectativas e projetos de escolarização. Nas escolas de maior prestígio, o nível socioeconômico é mais elevado, há mais famílias biparentais, as famílias têm mais acesso a informações sobre a escola, frequentam mais atividades de lazer e são mais religiosas. Em oposição, nas escolas de menor prestígio, o nível socioeconômico é mais baixo, há mais famílias monoparentais, elas têm menor acesso às informações sobre a escola, dedicam menos tempo às atividades de lazer e são menos religiosas¹⁵.

A investigação ofereceu alguns indícios da presença de mecanismos de mercado na distribuição das oportunidades escolares no sistema municipal de educação. As regularidades presentes na composição social do alunado indicavam a existência de processos de escolha por parte das famílias, associados a processos de seleção por parte das escolas. Importante frisar que não há critérios de seleção estabelecidos pelo sistema municipal. Em tese, um estudante residente no Rio de Janeiro pode estudar em qualquer uma das escolas da rede, independentemente até mesmo de seu local de residência. Naquele momento, ainda não era possível compreender os elementos orientadores desses processos de escolha e de seleção, mas os dados indicavam a presença de disputas por vagas nas escolas de melhor reputação e prestígio.

A reflexão sobre mercado educacional e escolha escolar no sistema público de educação não é das mais simples. As escolas são homogêneas com relação ao financiamento. Os professores são selecionados por concursos universais, e a estrutura das escolas não sofre variações significativas. Ainda há outro elemento importante para essa reflexão. As escolas cariocas não fazem parte de um quase-mercado educacional oficial. Quais seriam, portanto, os elementos orientadores da construção de reputações positivas associadas ao prestígio das escolas? O que orienta os pais e responsáveis no momento em que escolhem escolas para seus filhos?

As questões se justificam porque em contextos nos quais vigem quase-mercados educacionais, os pais são incentivados a escolher em um “cardápio” de escolas que, literalmente, disputam os “clientes estudantes”. São momentos em que as escolas entram em disputa para atrair o maior número de estudantes para suas salas de aula, consolidando situações sociais próximas

¹⁵ Duas evidências presentes no *survey* precisam ser trabalhadas. A primeira delas é a correlação entre famílias biparentais e o acesso às escolas de maior prestígio. O mesmo ocorre com pertencimento religioso. Ambas serão analisadas em momentos posteriores.

à ideia de mercado. No entanto, não é possível falar em mercado porque, embora exista concorrência entre as escolas, o lucro não é o objetivo final; além disso, as instituições escolares não são, necessariamente, de propriedade privada nem o acesso a elas regido pela capacidade de pagamento dos alunos (LE GRAND, 1991).

A competição por alunos, de certa maneira, amplia as possibilidades de escolha por parte dos pais, mas, ao mesmo tempo, faz com que as escolas tendam a evitar alunos “difíceis de ensinar” (WEST, 2006). Esse seria um resultado negativo dos quase-mercados, mas não é possível dizer que o mesmo processo não ocorra em sistemas educacionais em que não há quase-mercados.

Também há evidências de que a implementação de quase-mercados educacionais tende a reduzir a segmentação social intraescolar (GORARD & FITZ, 2000). Desta forma, por mais que as escolas tendam a evitar os alunos “difíceis de ensinar”, o poder de escolha e acesso por parte dos pais equilibra o próprio mercado e aumenta a heterogeneidade social intraescolar, o que talvez acabe por reduzir as diferenças entre as escolas.

Não há consenso com relação às políticas de quase-mercado educacional e o dissenso se produz em pesquisas baseadas em evidências e na certeza de existência de um quase-mercado. Todas as sociedades que decidiram implementar mecanismos de escolha escolar deliberaram sobre as regras que regulamentariam esses processos. Não há, portanto, espaços desregulamentados, o que também controla as estratégias individuais para acesso às escolas mais prestigiadas.

No caso brasileiro, especificamente no Rio de Janeiro, não existe quase-mercado educacional regulamentado. Ao mesmo tempo, há mecanismos de escolha por parte dos pais e também por parte das escolas. Tais escolhas ocorrem sem regulamentação, o que cria o que vimos classificando como “quase-mercado oculto”. O resultado desses processos é um sistema hierarquizado e segmentado, mas apresentado como universal e equânime. Talvez seja possível dizer que a ausência de regulamentação para as escolhas, ao invés de diminuir a estratificação, tende a aumentá-la, porque permite que os agentes utilizem as mais diversas estratégias – protocolares ou não – para potencializar suas escolhas. Mapear esses mecanismos com base no ponto de vista dos sujeitos permite compreender os sentidos orientadores das escolhas e interpretar as estratégias socialmente estabelecidas para o acesso às escolas mais prestigiadas e disputadas.

4. Análise dos critérios de escolha

Antes de analisar os critérios de escolha utilizados pelas famílias, é necessário descrever as regras burocráticas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, no período em foco pela pesquisa. De maneira esquemática, o acesso às escolas municipais ocorre em quatro situações:

Primeiro acesso ou acesso inicial. É o momento em que o estudante é inserido na rede, nos primeiros anos da escolarização básica. Esse processo é realizado com a utilização da internet.

Remanejamento. Ocorre, geralmente, ao final do primeiro segmento, quando a escola não oferece os anos finais do ensino fundamental ou na passagem da educação infantil para o ensino fundamental. Nesse caso, todos os estudantes são remanejados para escolas do segmento seguinte. Os pais escolhem três escolas¹⁶ em ordem de prioridade e os filhos são alocados em uma delas.

Transferência. São internas, entre escolas da rede municipal; e externas, alunos de outras redes. Elas ocorrem por inclusão, quando um estudante está entrando na rede; e por exclusão, quando o estudante está saindo da rede.

Recondução. Ocorre quando um estudante que foi excluído por abandono retorna à rede municipal.

Em todos os casos, os familiares precisam escolher as escolas que desejam para os filhos. Por isso, optamos por mapear as narrativas daqueles que viveram

¹⁶ Em 2010, os pais puderam escolher cinco escolas. A lista tríplice passou a ser lista quádrupla. Os entrevistados, no entanto, trocaram de escola em 2009 e preencheram a lista tríplice. Em 2011, todo o processo de matrícula foi informatizado e os familiares foram selecionados aleatoriamente, seguindo apenas os critérios de prioridade. Tiveram prioridade candidatos com deficiências; candidatos que possuam irmãos frequentando a Unidade Escolar procurada; filhos de servidores lotados na Unidade Escolar procurada; filhos adotivos amparados pela Lei Municipal nº 2.210, de 21/07/1994; candidatos oriundos de orfanatos (portaria E/SUBG/CP nº 24, de 22 de outubro de 2010, art. 7º). Os critérios estão detalhados em Dopazo de Sá (2011). Importante frisar que a utilização exclusiva da aleatoriedade para distribuição de vagas poderá, a princípio, tornar o acesso mais heterogêneo. No entanto, também podemos supor que a aleatorização ampliará as estratégias de transferência após o remanejamento.

esse processo. A análise das entrevistas permitiu propor uma tipologia para a interpretação dos processos de escolha de escolas. Há três tipos de escolha. A primeira ocorre com a utilização exclusiva da burocracia municipal. É o que classificamos como “escolha dirigida”. Esse tipo corresponde a processos de escolha em que os pais não tiveram atuação direta na escolha da escola. São casos em que os familiares acatam a indicação realizada pela burocracia municipal para o preenchimento da lista tríplice. Como consequência, os filhos têm acesso às escolas que foram escolhidas para eles pela própria burocracia das escolas em que estudavam durante o primeiro segmento.

O segundo tipo de escolha ocorre quando relações pessoais na burocracia municipal são acionadas. Esse tipo corresponde aos processos de escolha em que os pais consultam suas redes de solidariedade/relações pessoais dentro da burocracia municipal para a orientação de suas escolhas. Nesse caso, consideramos a indicação feita por professores como parte das indicações relacionadas à burocracia municipal. Importante frisar que, diferentemente do primeiro tipo, a escolha não garante o acesso, porque, assim que escolhem os pais, precisam estabelecer estratégias que podem ou não estar associadas às suas relações pessoais na burocracia municipal.

O terceiro tipo de escolha ocorre quando as redes de relações pessoais externas à burocracia municipal são consultadas. Esse tipo corresponde aos processos de escolha em que os pais consultaram suas redes de solidariedade/relações pessoais externas à burocracia municipal para a orientação de suas escolhas. Também nesse caso não há certeza de acesso. Após decidirem qual escola desejam, os pais iniciam outra sequência de ações com vistas a garantir o acesso.

5. Estratégias familiares para acesso às escolas municipais

A frase que dá título a este artigo foi pronunciada por uma mãe que narrava as dificuldades enfrentadas por ela para matricular o filho na escola que desejava. Ter conhecimento, nesse caso, significa conhecer alguém que possa facilitar a navegação social no espaço burocrático das escolas e Secretaria Municipal de Educação¹⁷. A mãe acreditava que tudo seria mais fácil caso

¹⁷ A reflexão apresentada pela mãe nos remete à discussão realizada por Roberto DaMatta sobre a questão da cidadania em um universo relacional. Para esse debate, ver DaMatta (1997).

conhecesse alguém, e indica que só conseguiu a vaga porque, na escola, nas palavras dela, “cansaram da minha cara e resolveram me dar uma vaga”.

A narrativa indica um dos caminhos possíveis para o acesso às escolas desejadas. O caminho burocrático é possível, mas não é o único. Escolhidas as escolas, os familiares iniciam o segundo momento do processo de matrícula. É necessário estabelecer estratégias para o acesso às suas primeiras opções de unidades escolares. Durante as entrevistas, os familiares informaram que sabiam que suas escolhas não seriam, necessariamente, efetivadas. Também indicaram que reconheciam as possibilidades burocráticas e não burocráticas para ter acesso às escolas realmente desejadas. Com base nas entrevistas, foi possível propor uma tipologia de acesso. Há três caminhos possíveis para o acesso às escolas desejadas.

O primeiro caminho é o que foi utilizado pela mãe cuja fala dá título a este artigo. Trata-se do acesso com a utilização exclusiva da burocracia municipal. Esse tipo corresponde aos processos de matrícula em que os pais, após escolherem a escola desejada, iniciam o processo de acesso utilizando exclusivamente a burocracia municipal. Neste caso, o acesso pode ocorrer por intermédio do preenchimento da lista tríplice, através do contato direto com a escola ou com a utilização da matrícula *online*.

A segunda forma de acesso ocorre com a utilização simultânea da burocracia municipal e das relações pessoais. Esse tipo corresponde aos processos de matrícula em que os pais, após escolherem a escola desejada, iniciam o processo de acesso utilizando redes de solidariedade/relações pessoais com pessoas da própria burocracia municipal ou com pessoas que os conectam à burocracia municipal para o início do processo de matrícula na escola desejada.

O terceiro tipo ocorre quando somente as redes de relações pessoais são utilizadas. Esse tipo corresponde aos processos de matrícula em que os pais, após escolherem a escola desejada, iniciam o processo de acesso utilizando, exclusivamente, suas redes de solidariedade/relações pessoais fora da burocracia municipal.

As estratégias de acesso podem estar ou não relacionadas aos critérios de escolha. Os casos apresentados na sequência do texto descrevem os caminhos utilizados por três famílias que, após terem escolhido as escolas que desejavam para os filhos, acionaram as estratégias dentro de seu campo de possibilidades, para ter acesso a elas. Os três casos articulam estratégias de escolha e acesso e permitem compreender o quase-mercado oculto do Rio

de Janeiro com base na perspectiva dos agentes que nele interagem com o objetivo de implementar suas escolhas relacionadas à educação dos filhos.

6. Três caminhos entre a escolha e o acesso

As tipologias descritas foram construídas com base na análise dos 53 casos de pesquisa. Neste tópico, descreveremos exemplos que nos permitem demonstrar como os critérios de escolha e as estratégias de acesso descritas funcionam na prática. Para esse objetivo utilizaremos os dados do questionário, do protocolo de aplicação do questionário e também da transcrição da entrevista gravada, quando esta foi permitida.

Os resultados e as análises aqui apresentados, embora preliminares, são expressivos e nos permitem ampliar o debate sobre a relação das camadas populares com a escolarização e os processos de escolha e o acesso às escolas em um sistema estratificado.

Junto com a descrição dos caminhos de escolha e acesso à escola utilizados pelos responsáveis, apresentaremos as famílias enfatizando a sua composição familiar, a ocupação e escolaridade de seus membros, principalmente dos pais e responsáveis, a religião e a cor, a moradia e seu entorno, as escolas consideradas pelas famílias como sendo as melhores e piores escolas do bairro com suas justificativas e as relações com parentes e sociais das famílias.

Também apresentaremos a trajetória escolar de três alunos, as trocas de escolas e seus motivos e a percepção dos responsáveis sobre o desempenho e a disciplina do seu filho e a avaliação da escola. Daremos força empírica ao argumento de que os familiares e responsáveis têm ciência de sua localização social e que suas ações relacionadas à educação dos filhos são pensadas de acordo com sua situação social e com as expectativas educacionais relacionadas a seus filhos.

6.1. Escolha e acesso burocráticos ou caminhos “dirigidos”

O aluno referência tem 13 anos e está no 8º ano do ensino fundamental de uma escola que fica a 10 minutos a pé de sua residência. Vitória¹⁸ mora na

¹⁸ Todos os nomes utilizados são fictícios.

Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro junto com seu irmão de 15 anos e seus pais. O irmão estuda na mesma escola e, por causa de duas reprovações, está no mesmo ano. Os pais têm ensino fundamental incompleto, ambos terminaram apenas a antiga 4ª série do ensino fundamental. O pai, de 58 anos, é aposentado e a mãe, com 45 anos, é vendedora de rua.

A entrevista foi realizada com a mãe, Dona Márcia, no pátio do prédio em que mora a família, e não foi permitida a sua gravação¹⁹. Eles residem em uma “vila”, conforme a classificação da mãe: um prédio de três andares, cada andar com três apartamentos, com um pátio em comum. O prédio é azulejado em algumas partes e outras ainda estão no reboco. Os fios de energia saem do poste da rua para a caixa de energia posicionada do lado externo da parede do prédio, de onde partem os cabos, também externamente, para cada uma das nove residências.

Segundo Dona Márcia, sua casa tem três cômodos e somente um serve como dormitório. Tem geladeira, mas não tem telefone fixo, micro-ondas, máquina de lavar, vídeo, TV de LCD, impressora, internet ou estante para livros. Tem um computador na residência.

Dona Márcia se declarou católica, assim como seus filhos. Seu marido não tem religião. Embora frequente a igreja pelo menos uma vez por semana, a mãe declarou que não tem amigos no grupo religioso e tampouco entre os familiares e vizinhos, mesmo morando há mais de 10 anos no mesmo domicílio e os conhecendo.

Sobre a cor dos membros da família, Dona Márcia ficou indecisa quando foi definir o filho mais novo, o Vitório, e escolheu por fim a alternativa “não sei”. O filho mais velho, que estava presente na entrevista nesse momento, respondeu que ele próprio era pardo. Quando foi falar de si, a mãe respondeu que era preta, completando “pretinha baiana”, declarando-se originária daquele Estado. O marido foi classificado como pardo.

A mãe não soube informar qual seria a melhor e a pior escola do bairro. Sobre a escola de seus filhos, a avaliou com a nota 5 e não soube justificá-la. Ao ser novamente indagada, informou que “não ia muito à escola e não sabia o que acontecia lá”. Considera seu filho um aluno regular, muito disciplinado e que estuda de vez em quando fora da escola, quando tem dever de casa.

¹⁹ O protocolo realizado e a análise do questionário permitiram a descrição das informações arroladas.

No que concerne à escolha da escola para seus filhos, principalmente para o Vitório, Dona Márcia compareceu à escola quando foi avisada que deveria mudá-lo de instituição por causa da mudança de ciclo. Ao ser perguntada se havia preenchido alguma opção para a escolha da escola, informou que não. Ela seguiu a indicação da escola de primeiro segmento e não consultou qualquer pessoa para pedir informações sobre a escola nova e tampouco conhecia alguém que trabalhasse, estudasse ou tivesse filhos estudando nela.

Sobre o acesso à vaga, foi fácil obtê-la. Quando Dona Márcia foi avisada, esteve na escola indicada para efetuar a matrícula de Vitório. Ao recordar o processo de acesso à vaga para seu filho menor, ressaltou as dificuldades enfrentadas com o primogênito.

No que diz respeito a conseguir a vaga na escola, ela lembra que precisou insistir muitas vezes para conseguir matricular o filho mais velho no 1º ano do ensino fundamental; na ocasião, disse que em nenhum momento algum funcionário da escola lhe informou sobre data ou procedimento, e que compareceu pessoalmente à escola por volta de cinco ou seis vezes, para enfim poder matricular o menino. Perguntamos se ela conhecia alguém que trabalhava ou tivesse algum contato dentro da escola, e ela disse que não, complementando: “Talvez se eu tivesse algum conhecimento, era mais fácil. Isso eu achei muito chato. Ia lá muitas vezes, até que um dia, acho que eles cansaram da minha cara e resolveram me dar uma vaga. Me lembro como se fosse hoje, fiquei muito feliz”. Já com o segundo filho, “foi diferente.”

A análise da entrevista nos permite classificar a escolha e o acesso à escola para Vitório como um processo de uso exclusivo da burocracia municipal: no período do remanejamento, a mãe foi chamada e compareceu à escola, e já havia uma vaga selecionada para seu filho na escola de segundo segmento.

No entanto, essa entrevista, assim como dados preliminares do *survey*, nos indicam que a burocracia não é neutra. Dois aspectos aparecem nessa entrevista e merecem uma reflexão.

Primeiro, o fato de Dona Márcia ressaltar que “conhecer alguém” que trabalha na rede municipal facilitaria o seu acesso à vaga na escola desejada. Ela não conhecia, mas é consciente de que, caso tivesse redes de solidariedade dentro da burocracia municipal, seria auxiliada no processo de acesso à vaga. O segundo aspecto está relacionado à escolha. Percebe-se que Dona Márcia não fez uma escolha para a escola de seu filho Vitório, mas fez o que denominaremos “escolha dirigida”. A escola de primeiro segmento escolheu

para essa responsável a instituição de segundo segmento em que seu filho deveria ser matriculado.

Segundo a regra oficial da Secretaria Municipal de Educação para o remanejamento no período, os pais escolhiam três escolas em ordem de prioridade, e os filhos eram alocados em uma delas. O que constatamos com o caso de Vitório foi uma “escolha dirigida” na medida em que a mãe não teve atuação direta na escolha da escola, acatando a indicação realizada pela burocracia municipal para o preenchimento da lista tríplice. Como consequência, seu filho teve acesso à escola que foi escolhida para ele pela própria burocracia da escola de primeiro segmento.

Trabalhos já realizados pelo grupo de pesquisa evidenciaram a existência de um controle do fluxo dos estudantes de escolas de primeiro segmento para escolas de segundo segmento. Carvalho (2011) demonstrou que as escolas de primeiro segmento administravam o acesso às vagas de determinadas escolas de segundo segmento, principalmente aquelas com melhores desempenhos em avaliações externas. Os dados da movimentação dos alunos do primeiro para o segundo segmento do polo estudado²⁰ revelaram que cada escola de primeiro segmento enviava alunos para basicamente três escolas de segundo segmento e que havia um padrão no envio de alunos: instituições de primeiro segmento com bom desempenho enviavam um maior número de alunos para escolas de segundo segmento também com bom desempenho. O mesmo vale para as escolas com menor desempenho verificado pela Prova Brasil²¹.

Sendo assim, há indícios de que a burocracia configura as trajetórias escolares dos alunos, cria modelos de oferta que limitam as possibilidades de escolhas das famílias e distribui as oportunidades educacionais com procedimentos não igualitários.

6.2. Escolha e acesso com a utilização de relações pessoais dentro da burocracia municipal

A entrevista foi realizada na residência da família de Eduardo. Responderam às nossas questões a mãe do aluno, Luiza, e sua avó materna, Dona Alice. A

²⁰ Os dados referem-se à movimentação dos alunos no remanejamento no ano de 2008 para 2009.

²¹ Utilizou-se como referência a média da Prova Brasil Padronizada referente aos anos de 2009, 2007, 2005.

mãe respondeu parcialmente ao questionário, pois teve que sair para levar um dos filhos ao curso de inglês. Quem respondeu a todas as questões foi a avó.

A família é composta pelo pai e mãe e por uma irmã mais velha e um irmão mais novo de Eduardo. Dona Alice também reside com a família. A mãe, de 39 anos, com ensino superior incompleto, não trabalha. O pai, de 49 anos, tem ensino superior e trabalha como engenheiro. Os dois irmãos são estudantes como o aluno referência. A avó fez curso normal e trabalhou na rede municipal, onde foi diretora de escola. Hoje está aposentada.

A família mora na Zona Sul em uma vila residencial. Todas as residências são sobrados, cada um deles com três dormitórios. A família possui vários bens domésticos: televisão de LCD/plasma, geladeira, telefone fixo, micro-ondas, máquina de lavar, vídeo/DVD, computador, impressora, internet e TV por assinatura. Possui até cinco livros de referência e mais de vinte livros de literatura em geral. A família também possui um carro.

A família foi definida por Luiza como branca. Ela informou que seu marido e filhos são protestantes, que ela é espírita e Dona Alice é católica. Frequentam a igreja e têm amigos nesse grupo. Moram no mesmo domicílio há mais de 10 anos e conhecem os vizinhos, mas não têm relações de amizade. Podem contar sempre, em situações de emergência, com os parentes.

Eduardo tem 13 anos e estuda atualmente em uma escola privada. Ele e seus dois irmãos tiveram o mesmo percurso: fizeram o primeiro segmento do ensino fundamental em uma escola municipal e no segundo segmento foram matriculados na escola privada. Segundo a avó, na escola pública de segundo segmento, “a criança pula o muro, ela faz o que quer. Ela entra na escola na hora que quer, sai na hora que ela quer. (...) os professores também não têm responsabilidade pelas crianças”; “Adianta aula, sabe?”. A segurança e a organização da escola privada foram os motivos centrais para a mudança da escola de seus netos. Eles estão hoje na escola particular, mas passaram pela escola que a avó considera como a melhor escola do bairro. Considera seu neto Eduardo um aluno muito bom e ressaltou os hábitos de leitura do menino.

As respostas sobre os processos de escolha e acesso à escola foram dadas pela avó, que teve um papel fundamental na escolarização dos netos. Dona Alice respondeu a todas as perguntas objetivas do questionário, e quando as questões permitiam uma relação com o seu exercício profissional, transparecia grande entusiasmo, fazendo associações com outras histórias que fazia questão de contar, sempre apresentando sua opinião pessoal.

Sentindo-se muito confortável ao longo da entrevista, chegando até a posicionar-se mais confortavelmente no sofá, esticando ambas as pernas ao longo do móvel, revelou regras informais e pessoais que existem no sistema de escolha e acesso às vagas na rede municipal de educação.

Dona Alice explicou que Eduardo e seus irmãos estudaram na mesma escola em que ela e sua irmã trabalhavam. Na época da matrícula, Dona Alice era a diretora geral da escola e sua irmã, professora. Quando se aposentou, seus netos continuaram na escola porque sua irmã permaneceu trabalhando:

Pesquisadora: Então praticamente enquanto a senhora estava trabalhando lá, a senhora acompanhou a vida escolar dos três (netos) trabalhando lá mesmo.

Dona Alice/avó: Foi, foi. Eu trabalhava lá.

Pesquisadora: Foi em 2008 que a senhora acabou saindo em março...

Dona Alice/avó: Eu saí em março de 2008.

Pesquisadora: E o Eduardo terminou o ano sem a senhora trabalhar lá, né?

Dona Alice/avó: Foi. Ficou, sabe por quê? Ele estava lá com a minha irmã.

Pesquisadora: Ah, então a sua irmã também trabalha lá?

Dona Alice/avó: Isso, a minha irmã era professora dele.

Perguntamos se a escolha não estaria relacionada ao fato de ela e sua irmã trabalharem nessa escola. A resposta foi positiva:

Pesquisadora: Me diz uma coisa: não fosse a senhora ou a sua irmã trabalharem no colégio, as crianças estudariam ali?

Dona Alice/Avó: Eu acho que não.

Sobre o acesso à vaga nessa escola, Dona Alice nos contou que, para conseguir matricular todos os netos no momento em que desejava, teve que modificar a data de nascimento de um deles:

Dona Alice/Avó: Ele foi pra lá com três anos, sabe? (...) porque só pode entrar no Jardim a criança que está com 4 até 28 de fevereiro, e ele fazia aniversário dia 28 de março, por causa de um mês ele não poderia. Aí ele entrou assim mesmo, ficou lá com o ano errado, ficou no computador 28 de fevereiro, quando ele fazia 28 de março.

Pesquisadora: E pra essa escola que eles foram é que a senhora era diretora?

Dona Alice/Avó: É, foi. Por isso que eu podia fazer isso, né, mudar no computador. Às vezes as pessoas ali diziam assim: “nossa, mas ele é tão pequenininho”, e a gente falava: “é, ele é miudinho mesmo” (risos).

Ser diretora da escola municipal facilitou o acesso de seus netos na escola que ela escolheu. Caso não tivesse o acesso ao computador para modificar a data de nascimento, ela não conseguiria a vaga para um deles.

Mas Dona Alice e Luiza, a mãe, também utilizaram suas relações pessoais na rede municipal para obtenção da vaga para a escola de Luana, irmã mais velha de Eduardo. Luana estudou em uma das melhores escolas de primeiro segmento do município, localizada em uma área privilegiada da zona sul da cidade. Conhecer um gestor da rede foi fundamental para ter acesso à vaga.

Pesquisadora: Como que a sua neta conseguiu a vaga lá?

Luiza/Mãe: O diretor lá do (...), que conhecia a diretora de lá e conseguiu uma vaga pra ela.

Pesquisadora: Foi o diretor de outra escola que a senhora conhecia que conseguiu a vaga?

Dona Alice/Avó: É, ele ficou de falar com a diretora pra dar uma vaga pra ela. Mas aí eles falam que é sorteio (...).

Luiza/Mãe: Deve ter algum sorteio também, mas...

Pesquisadora: (...) Mas aí depois dessa indicação do diretor, ele falou com a diretora e aí vocês foram lá preencher as coisas ou foi tudo feito pelo...

Luiza/Mãe: Não, ele falou com ela e ela disse: “manda ela vir fazer a ficha”. Aí a gente foi fazer a ficha. Tipo... teve uma avaliação dela, né? Não adianta ir e pedir, ela teve que conhecer, ver que criança que ela tava matriculando, tem muito isso, né? Por exemplo, a diretora do colégio X, ela faz isso abertamente.

Dona Alice/Avó: É, eu falei isso pra elas. Eles não querem crianças tipo daquela “inclusão social”. (risos).

Luiza/Mãe: É, gente feia eles não querem não.

Pesquisadora: Feia em que sentido?

Luiza/Mãe: De cor, muito pobre, entendeu?

Pesquisadora: E quando foi pra entrar no colégio ela fez algum teste, não?

Dona Alice/Avó: Não. Chamou lá porque era mais pra conhecer a gente.”

A avó mostrou que os critérios de seleção não eram necessários para ela, visto que era uma diretora da rede conhecida por seus colegas diretores. O caso dessa avó é exemplar: o fato de ela trabalhar na rede fez com que seus netos obtivessem vantagens, porque ela utilizou suas redes de relações

dentro da burocracia municipal para obter vagas. Nesse exemplo, as relações pessoais na rede facilitaram a escolha e garantiram o acesso. Embora isso tenha acontecido nesse caso, é importante frisar que a escolha não garante o acesso porque, após esse processo, os pais precisam estabelecer estratégias que podem ou não estar associadas a suas relações pessoais na burocracia municipal.

Há entrevistas com responsáveis que ressaltaram que a escola foi escolhida após consulta às redes de relações pessoais dentro da burocracia escolar, mas que o acesso à vaga ocorreu pelas vias burocráticas. Houve auxílio de parentes e redes de solidariedade na escolha, mas não ocorreu favorecimento no acesso: “minha sogra é diretora de escola, apenas auxiliou na escolha”; “Não ajudou”. Ou “meu filho, professor da rede, sugere a escola, mas consegui a vaga igual que todo mundo, pelas vias normais”.

O que se manifesta em todas as situações descritas é o fato de que ter um familiar na rede ou conhecer alguém que nela trabalha – um vizinho professor, por exemplo – pode favorecer e permitir escolhas em escolas com melhor rendimento nas avaliações externas. Ao mesmo tempo, pode permitir o melhor conhecimento de como funciona a rede municipal, o que pode facilitar o acesso à escola desejada.

6.3. Escolha e acesso utilizando relações pessoais fora da burocracia municipal

A entrevista foi realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A mãe de Diana, Dona Joana, não achou aconselhável a ida dos pesquisadores à sua residência, localizada na Zona Central da cidade.

Diana mora com seus pais, ambos com ensino médio completo. A mãe tem 38 anos e é dona de casa, e seu pai, de 42 anos, é taxista. Diana tem 13 anos e tem uma irmã mais nova. Ambas estudam na mesma escola, na zona sul da cidade, considerada pela mãe “uma das melhores escolas públicas do Rio”.

A família mora em um domicílio de quatro cômodos, sendo que dois servem como dormitório. A residência possui televisão, geladeira, telefone fixo, micro-ondas, máquina de lavar, vídeo, computador, impressora e internet. Também há uma estante de livros, com até cinco livros de referência e de autoajuda. A família não tem TV por assinatura ou carro.

Embora resida há mais de 6 anos no mesmo domicílio, a família conhece os vizinhos, mas não se relaciona. Conta sempre com a ajuda de parentes quando precisa. Para Dona Joana, todos da sua família são brancos e não têm religião. Diana é considerada uma boa aluna, disciplinada, e que estuda diariamente fora da escola, pelo menos 2 horas.

Dona Joana escolheu essa escola porque sabia, por vizinhos de sua mãe, que era uma boa escola:

Dona Joana: É, o nosso vizinho lá, no caso o vizinho da minha mãe, ele já estudava aqui. (...) E sempre me falavam desse colégio.

Pesquisadora: Qual foi o motivo da escolha do colégio?

Dona Joana: É porque sempre falavam bem dele, né? É uma escola que a diretora sempre coloca lá que nas pesquisas, essa Prova Brasil, tá sempre em segundo lugar.

Pesquisador: Quem fala isso?

Dona Joana: A diretora. E teve até uma reportagem no jornal também.

Pesquisador: E a diretora fala como? Pros pais, assim?

Dona Joana: Fala, em reunião, ela tá sempre falando. Ela sempre fala.

Pesquisador: E o que ela fala?

Dona Joana: Ah, “quero manter esse colégio assim sendo o segundo lugar”.

Dona Joana, portanto, consultou suas redes de solidariedade e relações pessoais externas à burocracia municipal para a orientação de suas escolhas. O mesmo ocorreu para o acesso à vaga na escola desejada.

No período do remanejamento, as filhas de Dona Joana foram automaticamente matriculadas em uma escola, sem qualquer consulta:

Pesquisador: No caso da sua filha, quando ela estava terminando o colégio X, e pelo que a senhora falou, os alunos iam automaticamente pro colégio Y, a senhora lembra se teve alguma reunião com a diretora e ela avisou isso? Vocês tiveram opção, assim: ou é o Y ou é alguma outra escola...

Dona Joana: Não. Não avisou nada, automaticamente os documentos vão tudo pra lá.”

No entanto, embora as duas escolas fossem próximas, Dona Joana não gostou da escola, que ela classificou como a pior do bairro pela pouca dedicação dos professores e pela falta de aulas, pois havia “muito tempo vago”.

Pesquisador: Por que a escola X [de primeiro segmento] lhe agradava e a escola Y [de segundo segmento] não lhe agradou?

Dona Joana: A X é porque eu achava que... a gente deixa a criança na escola, a gente quer saber que a criança está segura, que tem alguém ali que está tomando conta. E a diretora passava isso pra mim. Tanto é que tinha a diretora, tem uma praça perto da escola, ela ia até a praça pra ver quais alunos que tão lá matando aula. Ia lá e trazia pra dentro da escola, e isso eu achava, eu acho legal isso, entendeu? Ela não está tomando conta só de quem tá dentro da escola, ela ia lá na praça. Então quer dizer, eu ia pra casa segura, que eu moro longe... então eu falei: gente, eu tenho certeza que minha filha não vai parar na rua. E as professoras também, eu acho que eles davam atenção pras crianças. É isso... e no Y eu não vi isso. Entendeu, eu não vi... Tinha uma senhora que ficava na portaria, mas coitada... uma senhora que.... (neste momento expressou com o rosto algo que insinuou que a tal senhora só estava ali para cumprir uma figura simbólica, mas que não fazia a mínima diferença sua presença).

Dona Joana não ficou satisfeita com a “escolha dirigida” realizada pela escola de primeiro segmento. Resolveu matricular as filhas na melhor escola do bairro, aquela indicada pelo vizinho. Mas fez inúmeras tentativas pela burocracia municipal para obter a vaga e não conseguiu. Quando já estava desistindo, utilizou sua rede de relações fora da burocracia municipal: pediu auxílio de um conhecido da família “que estava se tornando deputado” e conseguiu a vaga. Assim nos relatou Dona Joana:

Dona Joana: Ela ia ficar lá mesmo, mas aí eu tentei vaga aqui. Eu tinha ido lá, tinha falado com a coordenadora (...) e ela falou: “mãe, não se preocupe que você vai conseguir, você vem aqui e dá o nome dela...” ou faz pela internet, não me lembro direito... Só que não fui chamada. (...) Só que eu não queria ali, né. Eu não conheço e não tinha referencia dali. Aí, essa primeira escolinha que elas foram comunitária, tinha um rapaz lá que estava se tornando deputado. Aí eu conversei com ele. Eu falei: “poxa, Fulano, você não conseguiria uma vaga pras meninas ali?” Ele falou assim: “ah, se você quiser eu consigo” – diminuiu o volume da voz e perguntou: tem problema botar isso aí? (apontando para o gravador). Então, daí ele foi e botou os nomes das meninas e mandou eu ir lá, que já estava com a vaga lá.

Esse exemplo corresponde ao processo de matrícula em que o responsável, após escolher a escola desejada, inicia o processo de acesso utilizando exclusivamente suas redes de solidariedade e relações pessoais fora da burocracia municipal. Dona Joana não precisou ir até a escola levar

os documentos das filhas porque isso foi feito pelo “deputado”. Ela só foi à escola para confirmar a matrícula.

Não encontramos outros casos de uso exclusivo das relações pessoais para acesso à vaga, o que pode indicar que não é algo comum. No entanto, Carvalho (2011) entrevistou um diretor que relatou que situações como essa, quando ocorrem, são encaradas como “um favor pessoal” (:59).

Segundo Dona Joana, outros responsáveis também utilizaram um deputado para acesso à vaga: “tinha um vizinho da minha mãe que estudou aqui, que também foi um deputado que conseguiu pra ele.” Mas reconheceu que não foi um processo fácil para o “deputado” e a direção não gostou da interferência:

Pesquisador: E como foi? Ele veio na escola e conversou? Você teve que vir na escola?

Dona Joana: Ele falou que... acho que deputado tem... não sei quantos de vaga aí, que consegue... não sei, ele falou uma coisa assim, não lembro direito.

Pesquisadora: Mas pra aquela escola ou pra onde a senhora quisesse?

Dona Joana: Onde eu quisesse. Ele até... tinha o Y [outra escola] também, ele até perguntou seu eu queria lá, que também eu outra referência, né? Mas eu falei não, porque é mais longe, deixa ali no X mesmo. Daí ele falou: quer Y ou X? Porque ele também reclamou da diretora, que é arrogante, não tratava bem. Ele falou: “olha, já fui lá, já falei com ela, mas pode ficar tranquila que você vai conseguir.” Ela não gostou muito dessa... entendeu?

Pesquisadora: Ela não gostou da intermediação do deputado?

Dona Joana: Não.

Novamente houve uma manifestação de que a burocracia municipal não é neutra e que há caminhos escolhidos para alguns alunos, dependendo da escola de primeiro segmento que eles frequentaram.

Mostramos aqui exemplos que descrevem os caminhos de escolha e acesso à escola em que ambos os processos ocorrem da mesma forma: pela via burocrática, por meio das relações pessoais e redes de solidariedade existentes dentro da burocracia municipal ou com as relações pessoais e redes de solidariedade existentes fora da burocracia municipal.

No entanto, também encontramos situações em que a escolha e o acesso não aconteceram com os mesmos caminhos. Há famílias que consultaram as relações pessoais de dentro da burocracia municipal para a escolha, mas o acesso foi realizado pelas vias burocráticas. Outras escolheram com o auxílio

das redes de relações pessoais fora da burocracia municipal – principalmente vizinhos ou familiares – mas o acesso foi realizado pela burocracia.

Os casos analisados indicam a ausência de neutralidade por parte da administração educacional. Um dos resultados dessa quase ausência de burocracia, no sentido weberiano, é a utilização, por parte das famílias, de estratégias não republicanas para, de certa forma, reagir à parcialidade e acessar as melhores escolas do município.

7. Considerações Finais

As pesquisas realizadas no âmbito do Observatório Educação e Cidade já indicavam que o sistema municipal de educação do Rio de Janeiro, como os de todas as cidades a que temos acesso, é estratificado e hierarquizado. Também salientavam que a população dispõe de critérios para a construção de classificações hierárquicas das escolas públicas, alguns convergentes com as avaliações nacionais e locais de desempenho. Essa configuração da oferta gera uma série de movimentos por parte da demanda. Os dados apresentados neste artigo nos permitem afirmar que há utilização de redes de relacionamentos pessoais para a escolha e acesso às vagas da rede municipal, especificamente, para as vagas mais disputadas, porque são disponíveis em escolas de boa reputação e/ou desempenho. São redes que conectam os responsáveis às escolas desejadas e orientam o acesso às vagas.

No decorrer do texto descrevemos situações em que relações pessoais com servidores da rede municipal, ou na burocracia educacional, facilitam o acesso às escolas desejadas pelos familiares, o que leva à criação e ampliação de desigualdades de oportunidades educacionais dentro de uma rede que se propõe universal e igualitária. Trata-se de uma situação que pode ser classificada como não republicana. Ainda é possível afirmar que a burocracia educacional cria modelos de oferta, o que também limita as possibilidades de escolha por parte das famílias e amplia as disputas e as estratégias individuais.

O município do Rio de Janeiro, conforme indicamos, não dispõe de mecanismos de quase-mercado educacional. Porém, descrevemos processos de escolha e acesso que configuram o que poderíamos classificar como um “quase-mercado educacional oculto”. Essa situação limita e direciona as trajetórias dos estudantes no momento em que eles são inseridos na rede. Como a mobilidade entre escolas de alto desempenho e/ou alto prestígio

pode depender diretamente de relações pessoais específicas, aqueles que não as têm estão que não as têm são mais propensos à permanência em escolas com má reputação e/ou baixo desempenho.

Parece possível indicar que a ausência de regulamentação desse quase-mercado, ao invés de reduzir as desigualdades, acaba por ampliá-las.

Este artigo apresenta as primeiras explorações das entrevistas e levanta inúmeras questões sobre quão republicanas são nossas formas de distribuição de oportunidades educacionais na rede municipal do Rio de Janeiro. Procuramos deslocar o problema da tradicional dicotomia público X privado, considerando que as desigualdades na oferta de bens públicos constituem elemento importante na manutenção das desigualdades sociais em geral.

Referências

- BERLINER, David
(2006) "Our impoverished view of educational research". *Teachers College Record*. V. 108, nº 6, June, p. 949-995. Disponível em: <http://www.tcrecord.org/content.asp?contentid=12106>. Acesso em 23 de novembro de 2011.
- BRANDAO, Zaia
(2008) "Os jogos de escalas na Sociologia da Educação". *Educação e Sociedade*. V. 29, p. 607-620.
- BROOKE, Nigel & SOARES, José Francisco (org.)
(2008) *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BRESSOUX, Pascal
(2003) "As pesquisas sobre o efeito-escola e o efeito-professor". *Educação em Revista*. Revista da Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, nº 38, dez., p.17-88.
- CARVALHO, Julia Tavares de
(2011) "Considere um favor pessoal": percepções e procedimentos utilizados pelos gestores escolares para composição do alunado. Monografia de conclusão de curso de graduação em Pedagogia. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Faculdade de Educação.
- COLEMAN, James S.
(1966) *Equality of Educational Opportunity*. Washington: Office of Education, U.S.
- COSTA, Marcio
(2010) "Famílias e acesso diferenciado a escolas públicas prestigiadas: um estudo de caso". *Educação em Revista* (UFMG. Impresso). V. 26, p. 227-248.
- (2008) "Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal". *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 13, nº.39, p. 455-469. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000300004>. Acesso em 04 de maio de 2010.
- COSTA, Marcio da & KOSLINSKI, Mariane Campelo
(2011) "Quase-mercado oculto: disputa por escolas 'comuns' no Rio de Janeiro". *Caderno de Pesquisa*. Vol. 41, nº.142, p. 246-266. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000100013>. Acesso em 20 de novembro de 2011.
- (2009) "Competing for public schools in Rio de Janeiro reflexions on a hidden quasimarket". *Penser les marches scolaires*. Genebra: Rappe Université de Genève, p. 1-22. Disponível em: <http://www.unige.ch/fapse/ggape/seminaire/>

- programme/progjeudi12/DaCostaKoslinski.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.
- (2006) "Entre o mérito e a sorte: escola, presente e futuro na visão de estudantes do ensino fundamental do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 11, nº.31, p. 133-154. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000100010>. Acesso em 04 de maio de 2010
- DAMATTA, Roberto
(1997) *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DOPAZO DE SÁ, Thaila Cristina
(2011) *Construindo opiniões: o que fundamenta as escolhas escolares*. Monografia de conclusão de curso de graduação em Pedagogia. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Faculdade de Educação.
- GORARD, Stephen & FITZ, John
(2000) "Investigating determinants of segregation between schools". *Research papers in Education*. V. 15, nº 2, p.115-132.
- LAHIRE, Bernard
(1997) *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática.
- LAVINAS, Lena & BARBOSA, Maria Lígia
(2000) "Combater a Pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife". *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 43, nº3, p. 447-477.
- LE GRAND, Julian
(1991) "Quasi-Markets and Social Policy". *The Economic Journal*. V. 101, nº. 408, p. 1256-1267.
- MAGGIE, Yvonne
(2005) "A escola no seu ambiente: políticas públicas e seus impactos. Relatório parcial de pesquisa". *Seminário da Rede Observa: Acompanhando as ações afirmativas no ensino superior*. Disponível em <http://www.observa.ifcs.urfj.br>. Acesso em 21 de novembro de 2011.
- PIRES DO PRADO, Ana
(2009) "Os diretores e as culturas de gestão. Um estudo nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro". *Revista Contemporânea de Educação*, v. 4, p. 332-350.
- ROCHA, Maria Silvia P. M. L. & PEROSA, Graziela Serroni
(2008) "Notas etnográficas sobre a desigualdade educacional brasileira". *Educação e Sociedade*, v. 29, p. 425-449.
- ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha
(2011a) "Escolarização fora da escola? Juventudes populares e expectativas de inclusão no ensino superior". *XV Congresso Brasileiro de Sociologia* (26 a 29/07/11). Curitiba-PR. Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/27_6_2011_23_34_55.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2011.
- (2011b) "Aprendendo 'no emocional': uma teoria nativa sobre a relação dos adolescentes com a sexualidade". In: CÔELHO, Maria Cláudia & REZENDE, Claudia Barcellos. (org.). *Cultura e sentimentos: ensaios em antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, p. 197-215.
- THIN, Daniel
(2006) "Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras". *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 11, nº .32, p. 211-225.
- VELHO, Gilberto
(1999) *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- WEST, Anne
(2006) "School choice, equity and social justice: The case for more control". *British Journal of Educational Studies*. Vol. 54, nº. 1, p. 15-33.
- WEST, Anne; INGRAM, Dabney & HIND, Audrey
(2006) "Skimming the cream? Admissions to Charter Schools in the United States and to autonomous schools in England". *Educational Policy*. Vol. 20, p. 615-639.

ZAGO, Nadir

(2006) "Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares". *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 11, nº.32, p. 226-237. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>. Acesso em 20 de maio de 2010.

(2000) "Quando os dados contrariam as previsões estatísticas: os casos de êxito escolar nas camadas socialmente desfavorecidas". *Paidéia*. Ribeirão Preto, vol.10, nº.18, p. 70-80. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2000000100007>. Acesso em 20 de maio de 2010.

(1998) "Realidades sociais e escolares e dinâmica familiar nos meios populares". *Paidéia*. Ribeirão Preto, vol. 8, nº. 14-15, p. 63-73. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1998000100006>. Acesso em 20 de maio de 2010.

Recebido em

março de 2012

Aprovado em

junho de 2012